

Avaliação Ambiental **Estratégica**

Resumo Não Técnico

Junho de 2013

Índice

1. INTRODUÇÃO	3
2. METODOLOGIA, ENTENDIMENTO E IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO DE AVALIAÇÃO	3
3. FATORES CRÍTICOS DE DECISÃO	4
4. SITUAÇÃO ATUAL E TENDÊNCIAS DE EVOLUÇÃO	8
5. SÍNTESE DA AVALIAÇÃO ESTRATÉGICA DE IMPACTES DA PROPOSTA DE REVISÃO DO PDM	8
6. DIRETRIZES PARA O PROGRAMA DE SEGUIMENTO	14
7. PARTICIPAÇÃO PÚBLICA E ETAPAS SUBSEQUENTES AO RELATÓRIO AMBIENTAL	24
8. SÍNTESE E CONSIDERAÇÕES FINAIS	24

Índice de tabelas

TABELA 1 – CRITÉRIOS, OBJETIVOS DE SUSTENTABILIDADE E INDICADORES POR FCD	5
TABELA 2 – SÍNTESE DA ANÁLISE SWOT DA PROPOSTA DE REVISÃO DO PDM E PRINCIPAIS RECOMENDAÇÕES PARA CADA UM DOS FCD	10
TABELA 3 – SÍNTESE DA AVALIAÇÃO ESTRATÉGICA DE IMPACTES	13
TABELA 4 – INDICADORES DE MONITORIZAÇÃO / PROGRAMA DE SEGUIMENTO DA PROPOSTA DE REVISÃO DO PDM PARA O FCD	15

1. Introdução

O presente documento constitui o **Resumo Não Técnico** da Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) da Proposta de Revisão do Plano Diretor Municipal de Ílhavo, da qual faz parte integrante, de acordo com a alínea i) do nº1, do artigo 6º do Decreto-Lei nº 232/2007 de 15 de junho.

A segunda fase do processo de Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) consiste na elaboração do Relatório de AAE da proposta de revisão do Plano Diretor Municipal (PDM) de Ílhavo, pela Câmara Municipal de Ílhavo, como entidade responsável pela execução da Revisão do PDM.

De acordo com o Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), o Plano Diretor Municipal estabelece a estratégia de desenvolvimento territorial, a política municipal de ordenamento de território e de urbanismo e as demais políticas para a totalidade do território municipal (nº1 do artigo 84º do Decreto-Lei nº 316/2007) e, pelo que o processo de Revisão do PDM de Ílhavo é suscetível de enquadrar projetos que produzam efeitos no ambiente, é obrigatória a sua sujeição ao processo de Avaliação Ambiental Estratégica.

O Plano Diretor Municipal de Ílhavo foi aprovado pela Assembleia Municipal de Ílhavo em 11/Dez. /1998, e entrou em vigor em 5/ Nov. /1999 após publicação no DR n.º258/99 (Resolução do Conselho de Ministros n.º 140/99 de 5 de novembro). Face à necessidade de se corrigir e clarificar algumas situações e adequar o PDM à evolução das condições socioeconómicas, culturais e ambientais do Município, iniciou-se em novembro/2002 o Processo de Revisão formal daquele Plano.

O Resumo Não Técnico pretende, através de uma linguagem simples e não técnica, de modo a constituir o documento de referência para a consulta pública, fazer uma síntese de toda a informação relevante para um bom entendimento do processo de AAE, nomeadamente dos eventuais efeitos ambientais significativos decorrentes da implementação das propostas da Revisão do Plano Diretor Municipal de Ílhavo e das respetivas oportunidades de melhoria, contribuindo, assim para a adoção de uma solução final mais sustentável.

2. Metodologia, entendimento e identificação do objeto de avaliação

A proposta de Revisão do PDM define Eixos Estratégicos que se podem traduzir nos seguintes objetivos gerais com vista ao desenvolvimento do Município, de acordo com o Plano Estratégico para o Concelho de Ílhavo (PEPCI):

- Utilização do solo numa perspetiva de desenvolvimento sustentável.
- Construção integrada do município melhorando a rede de infraestruturas e promovendo o seu funcionamento em rede.
- Otimização da localização privilegiada do município (Terra / Ria / Mar).
- Criação de novas centralidades, humanização do território com a reabilitação de áreas degradadas e qualificação ambiental.
- Interligação dos equipamentos e infraestruturas de uso público.
- Reforço do desenvolvimento empresarial aumentando a competitividade do município.
- Salvaguarda de valores patrimoniais e culturais.
- Promoção da qualidade residencial e vivencial.

A primeira fase da AAE – Análise dos Fatores Críticos de Decisão (FCD) teve como principais objetivos, identificar e justificar os principais aspetos a ter em conta no processo de Avaliação Ambiental Estratégica da Proposta de Revisão do PDM de Ílhavo, de acordo com os Eixos Estratégicos que visam o desenvolvimento do município e com as orientações nacionais e internacionais em matéria de ambiente e sustentabilidade. O Relatório foi sujeito a um processo de consulta direta pelas entidades que, fruto das suas competências têm responsabilidades

ambientais específicas, pelo que, posteriormente, os resultados dos pareceres obtidos foram tidos em consideração durante a elaboração do Relatório de Avaliação Ambiental Estratégica.

A fase seguinte da AAE – Análise e Avaliação Técnica, da qual resultou o Relatório Ambiental, consistiu num procedimento abrangente integrado de avaliação da sustentabilidade ambiental dos planos presentes na Proposta de Revisão do PDM de Ílhavo, por forma a garantir que os efeitos ambientais das soluções adotadas no Plano são tomados em consideração durante a sua execução.

Por último, segue-se a fase de Seguimento, onde se define um programa com a finalidade de proceder a uma adequada gestão e monitorização ambiental estratégica da execução da Proposta de Revisão do PDM de Ílhavo.

3. Fatores Críticos de Decisão

Os Fatores Críticos para a Decisão (FCD) estruturam a Avaliação Ambiental Estratégica (AAE), tendo sido selecionados em função dos instrumentos referenciais estratégicos, os quais estabelecem macro-orientações de política europeia, nacional e regional, assim como os objetivos de longo prazo estabelecidos em matéria de ambiente e sustentabilidade. Com base no conhecimento das características locais e das principais questões estratégicas objeto da presente avaliação, foram considerados 6 Fatores Críticos de Decisão (FCD), designadamente:

- 1. Governança:** contributo do PDM para a melhoria da Administração Local nomeadamente através da transparência, participação, responsabilização, eficácia e coerência dos seus processos e serviços;
- 2. Gestão Territorial:** aspetos relacionados com o planeamento e gestão do território e com as assimetrias locais e regionais, com a melhoria das redes viárias e dos sistemas de transporte alternativos;
- 3. Turismo e Património Cultural:** aspetos relacionados com a valorização das potencialidades endógenas do Município e da sua envolvente regional, com a definição dos núcleos históricos e a salvaguarda de tecidos e valores patrimoniais;
- 4. Biodiversidade e Paisagem Natural:** aspetos relacionados com a conservação da natureza, com a variedade e riqueza dos ecossistemas, com a prevenção e minimização de riscos naturais (ex. erosão costeira, cheias, incêndios) e tecnológicos (derrames de hidrocarbonetos no mar, acidentes industriais);
- 5. Qualidade do Ambiente:** aspetos relacionados com a qualidade da água, o saneamento básico, a gestão dos resíduos, a qualidade do ar (nestes se incluindo os aspetos relacionados com as emissões de gases com efeito de estufa e sua mitigação) e a proteção do solo;
- 6. Desenvolvimento Humano:** os aspetos relacionados com a qualidade de vida das populações, nomeadamente, inclusão social e promoção do emprego e melhoria das qualificações escolares e profissionais.

Tabela 1 – Critérios, Objetivos de sustentabilidade e Indicadores por FCD.

FCD	Critérios	Objetivos de Sustentabilidade	Indicadores
Governança	Transparência	Facilitar o acesso à informação	<ul style="list-style-type: none"> • Locais com informação disponível (N.º)
	Responsabilidade	Modernização dos serviços	<ul style="list-style-type: none"> • Monitorização do Serviço de Atendimento Integrado (Sim/Não)
	Eficácia	Simplificação de processos	<ul style="list-style-type: none"> • Utilização de novas tecnologias de comunicação e informação (SIG) (Sim/Não)
	Coerência	Aumentar o rigor das localizações e delimitação dos espaços	
Gestão Territorial	Planeamento do Território	Promoção de uma política integrada, e coordenada de ordenamento, planeamento e gestão do território	<ul style="list-style-type: none"> • Evolução da oferta de solo: em áreas para atividades económicas e área de ocupação (%) • Taxa média anual de execução do solo urbanizável (%) • Taxa média anual de execução de solo urbanizado (%)
	Áreas classificadas	Promoção do estado de conservação favorável dos Habitats	<ul style="list-style-type: none"> • Grau de Afetação de áreas de distribuição de habitats e de espécies protegidas (% , ha) • Áreas de elevada pressão humana (ha)
	Consolidação do sistema urbano	Requalificação e/ou revisão dos modelos de ocupação urbana	<ul style="list-style-type: none"> • Valorização e otimização de espaços públicos (ML, M2) • Valorização de novas centralidades em articulação com o património construído (M2)
	Mobilidade e acessibilidade	Melhoria das redes viárias e dos sistemas de transportes alternativos	<ul style="list-style-type: none"> • Número de ligações ferroviárias efetuadas entre o Porto de Aveiro e a linha do Norte (Nº/ano) • Rede viária estruturante (CONCLUÍDA / NÃO CONCLUÍDA) • Número de Kms existentes em ciclovia (Km) • Promoção de acessibilidades por água (Sim/Não)
Turismo e Património Cultural	Estratégia Turística Municipal	<p>Valorização turística dos recursos naturais existentes, através de:</p> <ul style="list-style-type: none"> - <i>Touring Cultural e Paisagístico,</i> - <i>Turismo Náutico,</i> - <i>Gastronomia,</i> - <i>Turismo de Natureza,</i> - <i>Sol e Mar,</i> - <i>Turismo Residencial;</i> <p>Compatibilidade da atividade turística com os recursos naturais existentes</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Número de artesãos inscritos no Registo Nacional das Atividades Artesanais no Município (Nº) • Variedade de categorias de artesanato dos artesãos inscritos no Registo Nacional das Atividades Artesanais no Município (Nº) • Aproveitamento / Valorização de edificações pré-existentes com interesse individual ou de conjunto para implantação de empreendimentos turísticos (N.º) • Site informativo dos empreendimentos possibilitando a realização de reservas e transações online (N.º) • Número de atendimentos nas Lojas de Turismo (nº/ano) • Número de Operadores Marítimo Turísticos em operação no Município (Nº) • Instalações de recreio náutico e ancoradouros – número e capacidade de atracagem de embarcações de recreio • Certificação de qualidade dos serviços por norma nacional ou europeia, quando não obrigatória por lei (N.º) • Tipologias de Empreendimentos Turísticos no Município (N.º) • Número de Empresas de Animação Turística em operação no Município (Nº) • Certificação ambiental por norma nacional ou europeia, quando não obrigatória por lei (N.º) • Reconhecimento como empreendimento de turismo de natureza (N.º) • Empreendimento de turismo da tipologia Parques de Campismo e Caravanismo (N.º) • Número de empreendimentos turísticos (N.º) • Capacidade dos empreendimentos turísticos, exceto parques de campismo e caravanismo (Nº camas fixas / Nº unidades de alojamento total) • Número de empreendimentos turísticos classificados com 4 ou mais estrelas (Nº) • Números de Hóspedes e Dormidas no Município, exceto parques de campismo e caravanismo (N.º/ano disponível) • Equipamentos exteriores e interiores – piscinas, minigolfes, ténis, ginásio, restaurante, bar, salas de reuniões, etc... (N.º) • Implementação e promoção do pedestrianismo (N.º Trilhos; Extensão, ML)
	Adequabilidade dos Empreendimentos turísticos aos valores naturais existentes	Adequação aos valores naturais presentes na área de implantação	

Tabela 1 – Critérios, Objetivos de sustentabilidade e Indicadores por FCD (CONTINUAÇÃO).

FCD	Critérios	Objetivos de Sustentabilidade	Indicadores
Turismo e Património Cultural	Património Cultural	Criação da Carta do Património Municipal Reabilitação/dinamização dos Núcleos Históricos	<ul style="list-style-type: none"> • Carta do Património Municipal (Não Executada, Em Execução, Executada) • Área requalificada nos Núcleos Históricos (ha, m2); • Serviços/comércio requalificados/dinamizados nos centros históricos (n.º)
	Valores culturais e associativismo	Salvaguarda e promoção de tecidos e valores patrimoniais	<ul style="list-style-type: none"> • Número de Protocolos celebrados com as Associações Cívicas Tradicionais (n.º) • Reabilitação e execução de novas valências/pólos culturais no Município (n.º intervenções)
Biodiversidade e paisagem natural	Conservação da Natureza	Utilização sustentável de recursos naturais privilegiando a existência de corredores ecológicos	<ul style="list-style-type: none"> • Grau de conservação de corredores ecológicos e outros contínuos naturais (MAU, INSUFICIENTE, BOM, MUITO BOM) • Elaboração de planos de gestão de conservação de habitats, (N.º e tipologia de planos) • Implementação de ações de conservação de habitats (N.º de ações e Tipos) • Requalificação/Renaturalização das frentes ribeirinhas (ha) • Reabilitação de áreas verdes como espaços de recreio/lazer (ha)
	Consolidação dos Ecossistemas e Habitats	Evitar a fragmentação dos ecossistemas e habitats	<ul style="list-style-type: none"> • Grau de afetação (destruição/alteração) de habitats húmidos fundamentais para 'Espécies Alvo de orientações de gestão' (% , ha) • Grau de afetação/perturbação das espécies alvo, por fragmentação de habitats / efeito barreira (MAU, INSUFICIENTE, BOM, MUITO BOM) • Extensão/área e tipologia dos habitats e nichos ecológicos (ml, ha) • Áreas ou habitats recuperados (ha) • Grau de afetação de áreas de distribuição de espécies (com estatuto de conservação elevado), particularmente dependentes dos ecossistemas ribeirinhos/linhas de água (MAU, INSUFICIENTE, BOM, MUITO BOM)
	Riscos naturais	Gestão do Risco de Incêndio Florestal Prevenção de Cheias e Inundações	<ul style="list-style-type: none"> • Área ardida (ha) • N.º de ocorrências de incêndio (N.º) • Área impermeabilizada (%do total) • Edifícios sensíveis/estruturas em zonas inundáveis (N.º) • Habitantes em áreas inundáveis (N.º) • Medidas preventivas/mitigadoras da erosão costeira/inundações (POOC-OMG) (n.º medidas e ações) • Área sujeita a cartografia de risco de inundação (ha) • N.º de ocorrências de cheias/galgamentos (N.º) • Áreas inundáveis (ha)

Tabela 1 – Critérios, Objetivos de sustentabilidade e Indicadores por FCD (CONTINUAÇÃO).

FCD	Critérios	Objetivos de Sustentabilidade	Indicadores
Qualidade do Ambiente	Qualidade da Água, Águas Residuais e Resíduos	Promoção do uso eficiente da água	<ul style="list-style-type: none"> Consumo de água per capita (L/hab.dia) Água perdida pelo sistema de abastecimento (%) Número de captações de água para abastecimento público com perímetros de proteção regulamentados (%) Água usada na rega de espaços verdes (% Residual tratada, % Água Bruta, % Consumo Humano) Monitorização de conformidade do Programa Controlo de Qualidade da Água (PCQA) para consumo humano conforme os Valores Paramétricos (VP) da legislação em vigor (% total de análises em conformidade com o VP)
		Melhoria das infraestruturas de saneamento básico	<ul style="list-style-type: none"> População equivalente servida por sistema público de drenagem de Águas Residuais com rejeição, em alta, na ETAR Sul – SIMRIA (%) População equivalente servida por sistema público de drenagem de Águas Pluviais (%)
		Gestão integrada dos resíduos sólidos	<ul style="list-style-type: none"> Classificação da qualidade da água balnear (MÁ, ACEITÁVEL, BOA, EXCELENTE) Produção de resíduos (Ton. /ano) Recolha seletiva e reciclagem de resíduos (Ton. /ano, %, N.º equipamentos)
	Qualidade do Ar	Garantir uma boa qualidade do ar em áreas urbanas	<ul style="list-style-type: none"> Implementação de medidas com vista ao uso de transportes alternativos (ex. bicicleta) (Relatório – com indicação do tipo de medidas preconizadas) Promoção do uso de transportes públicos (Sim/Não) Classificação índice de Qualidade do Ar (MAU, FRACO, MÉDIO, BOM, MUITO BOM)
Qualidade do Ambiente	Solo e Floresta	Preservação e proteção do solo e floresta	<ul style="list-style-type: none"> Respeito pelas boas práticas Florestais, preconizadas no Regulamento Municipal da Floresta (Sim/Não) Quantidade de CO₂ fixado com base na área florestal existente (%) Área cultivada (ha)
	Riscos tecnológicos	Prevenção de Incêndios Urbanos	<ul style="list-style-type: none"> Número de ocorrências de incêndios urbanos (N.º) Número de edifícios com projetos de SCIE e medidas de autoproteção aprovados e implementados (N.º)
		Prevenção de Acidentes no Transporte de Matérias Perigosas	<ul style="list-style-type: none"> Número de edifícios degradados (N.º) Número de habitantes em zonas urbanas antigas (N.º) Número de Edifícios da 3ª e 4ª categoria de risco SCIE (N.º) Número de ocorrências de acidente no transporte de matérias perigosas (N.º)
Desenvolvimento humano	Saúde e Inclusão social	Prevenção de Acidentes Industriais Graves	<ul style="list-style-type: none"> Estabelecimentos abrangidos pelo Decreto-lei n.º 254/07 (N.º) Área ocupada por estabelecimentos abrangidos pelo Decreto-lei n.º 254/07 (ha)
		Elevação da qualidade de vida	<ul style="list-style-type: none"> Recuperação de habitações degradadas (N.º intervenções) Existência de Equipamentos na área da saúde (N.º) Número de consultas na área da saúde (N.º consultas/hab.ano) Taxas de cobertura nas áreas: Infância e Juventude; População idosa (%) Fomento de programas municipais na área do desporto e de práticas desportivas (N.º de programas e N.º de participantes)
	Emprego	Promoção do emprego	<ul style="list-style-type: none"> Captação de novas unidades empresariais (Sim/Não) Aposta nas indústrias de nova geração (Sim/Não) Redução da Taxa de Desemprego (%)
Desenvolvimento humano	Habilitações escolares da população	Melhoria das qualificações escolares e profissionais	<ul style="list-style-type: none"> Requalificação do parque escolar municipal (N.º de novos estabelecimentos criados/requalificados)
			<ul style="list-style-type: none"> Número de alunos do ensino superior, secundário e básico (N.º) Número de bibliotecas (N.º e tipologia)

4. Situação Atual e Tendências de Evolução

A Revisão do PDM tem como referência o PDM em vigor, pelo que a avaliação ambiental estratégica não deverá recair apenas sobre as propostas de alterações das disposições em vigor, mas sobre a Revisão do PDM como um todo.

Neste capítulo é feita a caracterização atual do município, na perspetiva de cada FCD, assim como a tendência de evolução, isto é, na ausência da concretização das propostas de Revisão do Plano Diretor Municipal. Para tal foi implementada a Análise SWOT com a identificação dos pontos fortes e pontos fracos associados a cada FCD, considerando planos, programas e estudos relevantes. A análise SWOT inclui também a identificação das oportunidades e ameaças associadas a cada FCD, tendo em conta os fatores ambientais e de sustentabilidade selecionados na 1ª fase da AAE, assim como os critérios e indicadores estabelecidos para a avaliação de cada FCD.

Constatou-se que se não forem tidas em conta algumas das propostas presentes no Plano de Revisão do PDM, as tendências de evolução no município de Ílhavo serão negativas, particularmente no que respeita aos Fatores Críticos: Gestão Territorial e Turismo e Património Cultural.

5. Síntese da Avaliação Estratégica de Impactes da Proposta de Revisão do PDM

De acordo com o Relatório de Fatores Críticos para a Decisão, foram estabelecidos agendas e prioridades temáticas sobre cinco domínios essenciais de intervenção, que traduzem os objetivos estratégicos gerais, presentes na proposta de Revisão do PDM.

A avaliação ambiental da revisão do PDM de Ílhavo incidiu sobre a análise de duas opções: os efeitos decorrentes da aplicação das estratégias e opções previstas com a proposta de Revisão do PDM e os efeitos decorrentes da aplicação das estratégias e normas do PDM em vigor (1999). A consideração destas duas opções resulta da fase adiantada em que se encontrava o processo de revisão do PDM de Ílhavo, aquando da publicação do Decreto-lei n.º 316/2007, de 19 de setembro, que veio alterar o RJIGT (aprovado pelo Decreto-lei n.º 380/99, de 22 de setembro), impondo a sujeição a avaliação ambiental dos Planos e Programas.

No entanto para os Fatores Críticos de Decisão elegidos no âmbito deste relatório de AAE é possível inferir que as **propostas** preconizadas na Revisão do PDM de Ílhavo são, do ponto de vista estratégico e ambiental, propostas de elevado potencial enquadrando-se nos aspetos referidos na alínea e) do número 1 do artigo 6º do Decreto-lei n.º 232/2007, de 15 de junho, enfatizando as seguintes áreas:

- ❖ No âmbito do **ordenamento territorial** (Planta de Ordenamento) a promoção da coesão dos perímetros urbanos, promovendo a consolidação dos aglomerados existentes e a criação de novas centralidades, contrariando o modelo de expansão linear em especial na zonas da Gafanha da Nazaré e Encarnação/Carmo, para o que a reclassificação de solo rural em solo urbano foi decisiva.
- ❖ As propostas delineadas para o **sistema produtivo**, seja em termos de empreendimentos turísticos (Marina da Barra, Barra Sul e Quinta da Boavista), seja na área da inovação (ECOMARE – Laboratório de Investigação das Ciências Oceanográficas da Universidade de Aveiro e o PCI – Parque de Ciência e Inovação), seja na área do setor industrial e empreendedorismo (Ampliação da Zona Industrial da Mota e RIASTONE) são mais valias determinantes para a promoção do emprego, do desenvolvimento e da coesão social.

- ❖ No que se refere à salvaguarda e promoção dos **valores naturais** e à dinamização da ambiência do ecossistema «Ria» a Proposta de revisão do PDM configura importantes propostas de intervenção, nomeadamente:
 - A valorização urbana e ambiental da margem nascente do Canal de Mira (1ª e 2ª fase), da Zona envolvente da Bruxa (Gafanha da Encarnação);
 - Requalificação da Frente Marítima da Costa Nova (já em execução) com a Criação do Parque de Dunas da Costa Nova; bem como,
 - Requalificação da Barra Sul,são exemplo de algumas das propostas que esta revisão do PDM configura para a estratégia sustentável de preservação do património e dos valores naturais em presença no Município.

- ❖ Materialização de um **sistema integrado de mobilidade** – conjugando fatores tão diversos como a conclusão de uma rede viária estruturante para o Município (dotando-o de melhores acessibilidades), a promoção de uma oferta mais diversificada dos transportes públicos, a aposta numa rede vias cicláveis e de trilhos pedestres, a recente requalificação dos canais de navegação e dos cais de acostagem para o transporte fluvial, ou ainda a criação de centralidades – permitirá diminuir o uso do transporte individual, garantindo a adequada mobilidade das populações e promovendo, simultaneamente, a inclusão social, a qualidade de vida urbana e a preservação do património histórico, edificado e ambiental.

Constatou-se, decorrente da Avaliação Estratégica de Impactes, que a implementação das propostas presentes no processo de Revisão do PDM terá efeitos positivos no ambiente e sustentabilidade local para a totalidade dos FCD considerados. Contudo será necessário particular atenção em alguns domínios ambientais que exigem um maior esforço de atuação no sentido de se atingirem resultados favoráveis, nomeadamente aqueles que visam a proteção dos recursos hídricos (Ria de Aveiro), conservação da natureza e da biodiversidade.

Seguidamente, procurou-se sumariar e realçar, de forma muito sintética (Tabela 2), os principais impactes decorrentes da Proposta de Revisão do PDM, enquadrando-os nos vários domínios de intervenção/objetivos estratégicos identificados segundo uma abordagem tipo SWOT (Oportunidades, Riscos, Recomendações).

Tabela 2 – Síntese da análise SWOT da proposta de Revisão do PDM e principais recomendações para cada um dos FCD

Objetivos Estratégicos ou domínios de intervenção da Proposta de Revisão do PDM:				
<ol style="list-style-type: none"> 1. Valorização do Território, recursos naturais e sistemas ecológicos 2. Fatores de competitividade 3. Valorização do potencial humano 4. Valorização do potencial turístico 5. Aumento da eficiência de governação 				
Síntese de análise	Oportunidades	Riscos	Recomendações	
FCD	Governança	<ul style="list-style-type: none"> - EXPANSÃO DAS REDES DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO FOMENTANDO A CIDADANIA ATIVA E RESPONSÁVEL - MODERNIZAÇÃO DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS - PROMOÇÃO DA TRANSPARÊNCIA - IMPLEMENTAÇÃO DE UMA POLITICA DE INCENTIVO AO EMPREENDEDORISMO - PROMOÇÃO DA INTERFACE: INOVAÇÃO, CIÊNCIA E SOCIEDADE 	<ul style="list-style-type: none"> - NÃO SE PREVEEM RISCOS NEGATIVOS RESULTANTES DAS AÇÕES PROPOSTAS 	<ul style="list-style-type: none"> - MONITORIZAR A QUALIDADE DOS SERVIÇOS E O GRAU DE SATISFAÇÃO DOS CIDADÃOS
	Gestão territorial	<ul style="list-style-type: none"> - REFORÇO E CONSOLIDAÇÃO DOS NÚCLEOS URBANOS - HIERARQUIZAÇÃO DA ESTRUTURA URBANA MUNICIPAL: CENTROS E SUB CENTROS - REDEFINIÇÃO DE PERÍMETROS URBANOS - UTILIZAÇÃO DO QUARTEIRÃO COMO UNIDADE PREFERENCIAL DO DESENHO URBANO E DO PLANEAMENTO URBANÍSTICO - PROMOÇÃO DA COEXISTÊNCIA DAS FUNÇÕES: I – RESIDENCIAIS, II – COMERCIAIS E III – SERVIÇOS NAS ÁREAS PERI-URBANAS E/OU URBANAS NÃO CONSOLIDADAS - CRIAÇÃO DE CORREDORES VERDES MULTIFUNCAIONAIS - PROMOÇÃO DA MOBILIDADE INTERNA NO CONCELHO E INTER-MUNICIPAL E AS ACESSIBILIDADES COM O PORTO DE AVEIRO - VALORIZAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO COM DIFERENCIAÇÃO DAS MALHAS URBANÍSTICAS - ELABORAÇÃO DA CARTA DE SOLOS URBANOS COM IDENTIFICAÇÃO DOS USOS DOMINANTES, ÁREAS NÃO EDIFICADAS, ÁREAS EXPECTANTES E EM DECADÊNCIA 	<ul style="list-style-type: none"> - PODERÁ REGISTRAR-SE UMA MAIOR INTENSIFICAÇÃO DA OCUPAÇÃO DO SOLO NAS ÁREAS CENTRAIS DO MUNICÍPIO DEVIDO À SUA CONSOLIDAÇÃO; - PODERÃO REGISTRAR-SE CONFLITOS DE INTERESSES POR PARTE DAS VÁRIAS ENTIDADES DA TUTELA; 	<ul style="list-style-type: none"> - PROMOVER UMA ABORDAGEM INTEGRADA DOS PROJETOS/ESTUDOS MAXIMIZANDO SINERGIAS E EVITANDO OS CONFLITOS DE ORDENAMENTO TERRITORIAL E DE SOBREPOSIÇÃO (EX. EQUIPAMENTOS, INFRAESTRUTURAS, SERVIÇOS) - PROMOVER A INTEGRAÇÃO DA COMPONENTE AMBIENTAL NA AVALIAÇÃO E ABORDAGEM DOS PROJETOS, GARANTINDO AS FUNÇÕES DE DRENAGEM DAS ÁREAS OCUPADAS E A OCUPAR; - PROMOVER A IMAGEM AMBIENTAL DOS LUGARES, NA LIGAÇÃO DOS ESPAÇOS EDIFICADOS AOS ESPAÇOS NATURAIS - IMPLEMENTAR DE FORMA GRADUAL E INTEGRADA AS AÇÕES DEFINIDAS NO PLANO MUNICIPAL DE MOBILIDADE E TRANSPORTES. - DEFINIÇÃO DE UMA ESTRUTURA ECOLÓGICA HIERARQUIZADA (COM NÍVEIS) PARA AS ÁREAS URBANAS E ÁREAS ENVOLVENTES (AGRÍCOLAS, FLORESTAIS E NATURAIS) GERADORA DE SUSTENTABILIDADE
	Turismo e Património Cultural	<ul style="list-style-type: none"> - DEFINIÇÃO DE NÚCLEOS HISTÓRICOS DE INTERVENÇÃO QUE SALVAGUARDAM OS VALORES PATRIMONIAIS - PROMOÇÃO DA 'ORGANIZAÇÃO' URBANA DO MUNICÍPIO, COM ESPAÇOS DE BOA QUALIDADE AMBIENTAL E CULTURAL, COM UMA VASTA OFERTA DE SERVIÇOS, CONSTITUINDO MOTIVO DE ATRAÇÃO PARA O TURISMO - APOSTA NO TURISMO DE NATUREZA DINAMIZADO COM A CRIAÇÃO DE UMA REDE DE CICLOVIAS E DE PERCURSOS PEDESTRES - DINAMIZAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS CAPAZES DE AUMENTAR A OFERTA DE ALOJAMENTO E DE CAPTAR O TURISMO DE QUALIDADE DIRECIONADO PARA A TERCEIRA IDADE, ESBATENDO A ATUAL SAZONALIDADE QUE AFETA ESTE IMPORTANTE SETOR DA ECONOMIA DO MUNICÍPIO - VALORIZAÇÃO DOS USOS RECREATIVOS NAS LINHAS DE ÁGUA (PRÁTICAS DE ATIVIDADES NÁUTICAS) POTENCIANDO A MAIOR UTILIZAÇÃO DA FRENTE RIA (ATUALMENTE 'MARGINALIZADA') E O CONTACTO COM A NATUREZA - ELABORAÇÃO DA CARTA DO PATRIMÓNIO 	<ul style="list-style-type: none"> - NECESSIDADE DE ARTICULAÇÃO DE INTERESSES ENTRE AS ENTIDADES QUE INTERVÊM NA DINAMIZAÇÃO DOS PROJETOS 	<ul style="list-style-type: none"> - FOMENTAR O PLANEAMENTO ESTRATÉGICO AO NÍVEL DOS EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS CONCILIANDO CRITÉRIOS DE ORDENAMENTO QUE, EVITEM A PRESSÃO EM ÁREAS SENSÍVEIS E INCORPOREM PRÁTICAS AMBIENTALMENTE SUSTENTÁVEIS E NÃO POLUENTES NAS VÁRIAS FASES DE IMPLEMENTAÇÃO (EXECUÇÃO E EXPLORAÇÃO) - FOMENTAR A REABILITAÇÃO DO EDIFICADO HISTÓRICO DE ELEVADO VALOR PATRIMONIAL

Tabela 2 – Síntese da análise SWOT da proposta de Revisão do PDM e principais recomendações para cada um dos FCD (Continuação)

Objetivos Estratégicos ou domínios de intervenção da Proposta de Revisão do PDM:				
<ol style="list-style-type: none"> 1. Valorização do Território, recursos naturais e sistemas ecológicos 2. Fatores de competitividade 3. Valorização do potencial humano 4. Valorização do potencial turístico 5. Aumento da eficiência de governação 				
Síntese de análise		Oportunidades	Riscos	Recomendações
FCD	Biodiversidade e Paisagem natural	<ul style="list-style-type: none"> - PROMOÇÃO DA PRESERVAÇÃO DE LUGARES DE MAIOR SENSIBILIDADE (FLORESTA, DUNAS, RIA, ETC.) COMO RESULTADO DE UM MELHOR ORDENAMENTO TERRITORIAL E QUALIFICAÇÃO DO TERRITÓRIO, DA UTILIZAÇÃO MAIS SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS E DA RECUPERAÇÃO NATURAL DE ÁREAS ABANDONADAS DEGRADADAS - VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO NATURAL (ÁREAS SALGADO, SAPAL, DUNAS E MATA NACIONAL) E CONSOLIDAÇÃO DOS ECOSISTEMAS NATURAIS EM ESPECIAL NAS ZONAS RIBEIRINHAS QUE, SENDO ÁREAS SENSÍVEIS A NÍVEL ECOLÓGICO, CONSTITUEM PERCURSOS PRIVILEGIADOS PARA A OBSERVAÇÃO DA NATUREZA - PROMOÇÃO DA PRESERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS NOMEADAMENTE ATRAVÉS DA CONSERVAÇÃO E/OU RECUPERAÇÃO DA VEGETAÇÃO AUTÓCTONE, DOS ECOSISTEMAS DUNARES E DA PROMOÇÃO DE CORREDORES VERDES - IDENTIFICAÇÃO EM CARTOGRAFIA ADEQUADA DAS ZONAS E ÁREAS CLASSIFICADAS DA REDE NATURA 2000 - ELABORAÇÃO DA CARTA DA ESTRUTURA ECOLÓGICA MUNICIPAL 	<ul style="list-style-type: none"> - INTERFERÊNCIA AO NÍVEL DA BIODIVERSIDADE POR VIA DO AUMENTO DA ARTIFICIALIZAÇÃO DO TERRITÓRIO - A OCUPAÇÃO IMOBILIÁRIA E A EXECUÇÃO DE INFRAESTRUTURAS/EMPREENDIMENTOS PODEM GERAR EFEITOS ADVERSOS NA BIODIVERSIDADE LOCAL (CONTUDO A SIGNIFICÂNCIA DESSES EFEITOS SERÁ SOBRETUDO DE CARIZ TEMPORÁRIO, OU SEJA, OCORRE ESSENCIALMENTE DURANTE O PERÍODO DE CONSTRUÇÃO DOS PROJETOS) 	<ul style="list-style-type: none"> - ELABORAR PLANOS DE GESTÃO E ORDENAMENTO DAS ZPE'S MAIS IMPORTANTES, PARA AS ESPÉCIES A PROTEGER (PARCERIA COM A UA – DEPARTAMENTO DE BIOLOGIA). - ASSEGURAR A PROTEÇÃO EFETIVA DAS ZONAS DE NIDIFICAÇÃO E DESCANSO DAS ESPÉCIES DE AVES PROTEGIDAS AO ABRIGO DA DIRETIVA HABITATS - APROFUNDAR OS ESTUDOS DO SISTEMA BIOFÍSICO (SOLO, ÁGUA, FAUNA, FLORA,...) IDENTIFICANDO AS ÁREAS DE MAIOR IMPORTÂNCIA AMBIENTAL, E QUAIS AS MEDIDAS DE PROTEÇÃO A ADOTAR – CARTA DE CARACTERIZAÇÃO AMBIENTAL DO MUNICÍPIO - IDENTIFICAR ESPACIALMENTE AS DIFERENTES APTIDÕES E CAPACIDADES DO MEIO NATURAL ESTABELECEDO NÍVEIS DE PROTEÇÃO E DE RESTRIÇÃO DOS SEUS USOS - ASSEGURAR NO ÂMBITO DA REQUALIFICAÇÃO DAS FRENTES RIBEIRINHAS A UTILIZAÇÃO DE MÉTODOS DE REABILITAÇÃO E MATERIAIS COMPATÍVEIS COM A CLASSE SE SOLOS EM CAUSA - PROCEDER A UMA ADEQUADA MONITORIZAÇÃO DAS ZONAS SENSÍVEIS COM RECURSO A PARCERIAS (EX. COM A UA E ASSOCIAÇÕES LOCAIS), À OBSERVAÇÃO DIRETA DOS HABITATS E UTILIZAÇÃO DE INDICADORES DE BIODIVERSIDADE
	Qualidade do Ambiente	<ul style="list-style-type: none"> - AMPLIAÇÃO DAS ZONAS INDUSTRIAIS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DE NOVAS INDUSTRIAS (INDUSTRIAS 'LIMPAS') PROMOVEDO A COMPETITIVIDADE TERRITORIAL DO MUNICÍPIO; - EVOLUÇÃO DO SETOR INDUSTRIAL NO MUNICÍPIO, ENQUADRADO NO TECIDO/PERFIL INDUSTRIAL DO MUNICÍPIO E NA REGIÃO CENTRO - CONSTRUÇÃO DE UMA REDE DE VIAS CICLÁVEIS E PEDESTRES QUE ALÉM DE POTENCIAREM O TURISMO NATUREZA PROMOVEM A CONSCIÊNCIA AMBIENTAL NOS VISITANTES E UM MAIOR CONHECIMENTO DOS ECOSISTEMAS LOCAIS E DAS SUAS FRAGILIDADES - POSSIBILIDADE DE MELHORIA DA QUALIDADE DO AR ATRAVÉS DA RECONSTRUÇÃO E REQUALIFICAÇÃO DAS REDES URBANAS DE TRANSPORTES PÚBLICOS E DA REORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE CIRCULAÇÃO E DE ESTACIONAMENTO - REDUÇÃO DOS RISCOS TECNOLÓGICOS, DADO QUE AS INDUSTRIAS IRÃO LOCALIZAR-SE EM ESPAÇOS APROPRIADOS PARA TAL, FORA DOS ÁREAS/AGLOMERADOS URBANOS - AMPLIAÇÃO E REABILITAÇÃO DO SISTEMA DE SANEAMENTO BÁSICO ATRAVÉS DA CAPTAÇÃO DE FUNDOS COMUNITÁRIOS DO QREN PELA ENTIDADE GESTORA Adra - Águas da Região de Aveiro, S.A. - ELABORAÇÃO DA CARTA DE INFRAESTRUTURAS E EQUIPAMENTOS 	<ul style="list-style-type: none"> - POSSIBILIDADE DE INTERFERÊNCIA NA QUALIDADE E USOS DO SOLO E DOS RECURSOS HÍDRICOS FACE ÀS ÁREAS DE AFETAÇÃO PREVISTAS PARA OS PROJETOS/EMPREENDIMENTOS A REALIZAR - POSSIBILIDADE DE INTERFERÊNCIA NAS ZONAS DE MAIOR SENSIBILIDADE AMBIENTAL 	<ul style="list-style-type: none"> - ADOÇÃO DE PRÁTICAS DE GESTÃO AMBIENTAL NA FASE DE EXECUÇÃO DOS PROJETOS BEM COMO NA OPERAÇÃO DAS INFRAESTRUTURAS DE FORMA A PERMITIR A MINIMIZAÇÃO E COMPENSAÇÃO DOS POSSÍVEIS IMPACTES NEGATIVOS RESULTANTES - CARACTERIZAÇÃO DO TECIDO EMPRESARIAL POR SETORES DE ATIVIDADE E AVALIAÇÃO DAS RESPECTIVAS INTERAÇÕES COM O AMBIENTE - CONCENTRAÇÃO NOS ESPAÇOS INDUSTRIAIS (ZONA INDUSTRIAL DA MOTA E ERVOSAS) DAS UNIDADES POTENCIALMENTE GERADORAS DE MAIORES IMPACTOS NO AMBIENTE - PROMOÇÃO DAS POLÍTICAS DE INCENTIVO AO USO DE TRANSPORTES COLETIVOS EM DETRIMENTO DO USO DE TRANSPORTE INDIVIDUAL - AVALIAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (EM ESPECIAL DO SETOR TERCIÁRIO, SERVIÇOS, EMPRESAS PRIVADAS, COMERCIO E TURISMO) - CARACTERIZAÇÃO DO SISTEMA DE TRANSPORTES AO NÍVEL INTERMUNICIPAL (CIRA) E DO MUNICÍPIO E REAVALIAÇÃO DA REDE VIÁRIA

Tabela 2 – Síntese da análise SWOT da proposta de Revisão do PDM e principais recomendações para cada um dos FCD (Continuação)

Objetivos Estratégicos ou domínios de intervenção da Proposta de Revisão do PDM:			
<ol style="list-style-type: none"> 1. Valorização do Território, recursos naturais e sistemas ecológicos 2. Fatores de competitividade 3. Valorização do potencial humano 4. Valorização do potencial turístico 5. Aumento da eficiência de governação 			
Síntese de análise	Oportunidades	Riscos	Recomendações
FCD Desenvolvimento humano	<ul style="list-style-type: none"> - COMPATIBILIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS COMO A PESCA E O ARTESANATO COM AS ATIVIDADES LÚDICAS E RECREATIVAS, - IMPLEMENTAÇÃO DE UMA POLITICA DE INCENTIVO AO EMPREENDEDORISMO - CONTRARIAR O TURISMO DE SAZONALIDADE VIABILIZANDO EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS DE QUALIDADE ACRESCIDAS CAPAZES DE ATRAIR TURISTAS DE ELEVADO POTENCIAL ECONÓMICO QUE FOMENTAM A ECONOMIA LOCAL E A CRIAÇÃO DE EMPREGO - AUMENTO DA OFERTA DE CUIDADOS DE SAÚDE E DAS INSTITUIÇÕES DE SOLIDARIEDADE SOCIAL - MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA NAS ÁREAS DE PERIFERIA EM RESULTADO DA CRIAÇÃO DE EQUIPAMENTOS SOCIAIS E SERVIÇOS - PROMOÇÃO DA GESTÃO INTEGRADA DOS EQUIPAMENTOS COLETIVOS E DINAMIZAÇÃO DE ATIVIDADES RECREATIVAS LÚDICO-CULTURAIS - PROMOVER A ADEQUADA MELHORIA DA ESTRUTURA FUNCIONAL NAS ÁREAS RESIDENCIAIS - MELHORIAS DAS CONDIÇÕES E DOS PROGRAMAS MUNICIPAIS COM VISTA AO FOMENTO DA PRÁTICA DESPORTIVA FORMAL OU INFORMAL NA POPULAÇÃO - COMPATIBILIZAR O ACESSO AUTOMÓVEL COM A ESTRUTURA FÍSICA DO TECIDO URBANO E A VIVÊNCIA SOCIAL DA POPULAÇÃO RESIDENTE 	<ul style="list-style-type: none"> - NÃO SE PREVEEM IMPACTES SIGNIFICATIVOS 	<ul style="list-style-type: none"> - AS MEDIDAS QUE VISEM O REFORÇO E CONSOLIDAÇÃO DO SISTEMA URBANO DEVEM TER EM CONTA A POPULAÇÃO MAIS DESFAVORECIDA E ENQUADRAR MEDIDAS DE INCLUSÃO SOCIAL - A CARACTERIZAÇÃO DA ESTRUTURA DEMOGRÁFICA E SOCIAL DA POPULAÇÃO RESIDENTE POR FREGUESIAS E LUGARES IDENTIFICANDO AS 'UNIDADES' SOCIOLOGICAMENTE MARCANTES ASSIM COMO OS DESEQUILÍBRIOS SOCIAIS - AVALIAÇÃO DO PARQUE HABITACIONAL DO MUNICÍPIO NO QUE SE REFERE A OCUPAÇÃO, CONSERVAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DA PROCURA EM FUNÇÃO DO ESTRATO SOCIO-ECONÓMICO DA POPULAÇÃO - MONITORIZAÇÃO DE CARÊNCIAS RELACIONADAS COM AS ÁREAS RESIDENCIAIS E ARTICULAÇÃO COM A SITUAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS COLETIVOS E COM OS NÍVEIS DE SERVIÇO PRESTADO - IMPLEMENTAR DE FORMA GRADUAL E INTEGRADA AS AÇÕES DEFINIDAS NO PLANO MUNICIPAL DE MOBILIDADE E TRANSPORTES.

Constatou-se, decorrente da Avaliação Estratégica de Impactes, que a implementação das propostas presentes no processo de Revisão do PDM terá efeitos positivos no ambiente e sustentabilidade local para a totalidade dos FCD considerados.

Contudo será necessário particular atenção em alguns domínios ambientais que exigem um maior esforço de atuação no sentido de se atingirem resultados favoráveis, nomeadamente aqueles que visam a proteção dos recursos hídricos (Ria de Aveiro), conservação da natureza e da biodiversidade.

Na Tabela 3, apresenta-se uma matriz de análise qualitativa para a situação atual e perspetivas de evolução para os vários objetivos de sustentabilidade que se preconizam para o Município, reportados à situação de referencia (PDM em vigor) e advindos da implementação das propostas que consubstanciam a Revisão do Plano Diretor Municipal objeto deste RA.

Tabela 3 – Síntese da Avaliação Estratégica de Impactes

Fatores Críticos	Critérios	Objetivos	PDM em vigor	Proposta de Revisão
Governança	Transparência	Facilitar o acesso à informação	→	↑
	Responsabilidade	Modernizar serviços		
	Eficácia	Simplificação de processos		
	Coerência	Aumentar o rigor das localizações e delimitações dos espaços		
Gestão Territorial	Planeamento do Território	Promoção da política integrada e coordenada do planeamento e gestão do território	→	↑
	Áreas Classificadas	Promoção do estado de conservação favorável dos habitats		
	Consolidação do sistema urbano	Requalificação e/ou revisão dos modelos de ocupação urbana		
	Mobilidade e acessibilidade	Melhoria das redes viárias e dos sistemas de transportes alternativos		
Turismo e Património Cultural	Estratégia Turística Municipal	Valorização Turística dos recursos naturais existentes;	↓	↑
	Adequabilidade dos Empreendimentos Turísticos aos Valores naturais existentes	Compatibilidade da atividade turística com os recursos naturais existentes; Adequação aos valores naturais presentes na área de implementação		
	Património histórico	Criação da Carta do Património Municipal Reabilitação/dinamização dos Núcleos Históricos		
	Valores culturais e associativismo	Salvaguarda e promoção de tecidos e valores patrimoniais		
Biodiversidade e Paisagem Natural	Conservação da Natureza	Utilização sustentável de recursos naturais privilegiando a utilização de corredores ecológicos	↓	↑
	Consolidação dos Ecossistemas e habitats	Evitar a fragmentação dos ecossistemas e habitats	→	↑
	Riscos naturais	Gestão do Risco de Incêndio Florestal Prevenção de Cheias e Inundações		
Qualidade do Ambiente	Qualidade da Água, Águas Residuais e Resíduos	Promoção do uso eficiente da água Melhoria das infraestruturas de saneamento básico Gestão integrada dos resíduos sólidos	→	↑
	Qualidade do Ar	Garantir uma boa qualidade do ar em áreas urbanas	↓	↑
	Solo e floresta	Prevenção e proteção do solo e floresta		
	Riscos Tecnológicos	Prevenção de incêndios urbanos Prevenção de acidentes no transporte de matérias perigosas Prevenção de acidentes graves	→	↑
Desenvolvimento Humano	Saúde e inclusão social	Elevação da qualidade de vida	→	↑
	Emprego	Promoção do emprego		
	Habilitações escolares da população	Melhoria das qualificações escolares e profissionais		

Legenda da Tabela 3:

	↓	→	↑
Tendências de Evolução	Afastamento dos objetivos e metas de sustentabilidade	Sem alteração significativa	Aproximação aos objetivos e metas de sustentabilidade

6. Diretrizes para o Programa de Seguimento

O objetivo central desta fase é o estabelecimento de diretrizes para o programa de seguimento, nomeadamente, para as fases de planeamento, monitorização ambiental e avaliação da implementação das propostas da Revisão do PDM. Estas diretrizes pretendem assim constituir orientações e/ou recomendações no âmbito da Avaliação Ambiental Estratégica da proposta de Revisão do PDM e, que visam assegurar a redução dos impactes ambientais, decorrentes da implementação destas propostas, melhorando assim o desempenho ambiental.

Foi definido um conjunto de indicadores para cada Fator Crítico de Decisão (Tabela 4), que irá possibilitar o acompanhamento ambiental durante as fases de implementação e de execução das propostas da Revisão do PDM, permitindo também a avaliação da eficácia das recomendações apresentadas e da participação e envolvimento das partes interessadas.

A equipa técnica responsável pela monitorização e avaliação estratégica do desempenho ambiental da execução das propostas da Revisão do PDM deve assumir as seguintes funções:

- Avaliar o desempenho dos indicadores;
- Divulgar a informação, permitindo o acompanhamento de todas as partes interessadas;
- Apresentar os relatórios de desempenho dos indicadores e do grau de concretização dos objetivos;
- Atualizar o plano de monitorização e avaliação ambiental.

Tabela 4 – Indicadores de Monitorização / programa de seguimento da Proposta de revisão do PDM para o FCD: Governança

FCD	Critérios	Indicador de Seguimento	Ano de referencia 2008	Situação reportada ao Ano de 2012	Metas a atingir com a PROPOSTA DE REVISÃO DO PDM	Fontes de Informação
Governança	Transparência Responsabilidade Eficácia Coerência	- Locais com informação disponível, (N.º)	CMI Museu Marítimo Biblioteca Municipal	CMI Serviço de Integrado de Atendimento Juntas de Freguesia Biblioteca Municipal Museu Marítimo Centro Cultural de Ílhavo Centro Cultural da Gafanha da Nazaré Fóruns da Juventude OUTDOORS Painéis Eletrónicos de Informação	Aumentar o número de locais com informação disponível	Câmara Municipal
		- Monitorização do Serviço de Atendimento Integrado (Sim/Não)	NÃO	SIM	Realização de Relatório (Anual) com tratamento estatístico do número de atendimentos	
		- Utilização de novas tecnologias de comunicação e informação, (Sim, Não)	SIM Sites: CMI, MUSEU MARÍTIMO, BIBLIOTECA MUNICIPAL	SIM SITES: CMI, JUNTAS DE FREGUESIA, BIBLIOTECA MUNICIPAL, MUSEU MARÍTIMO, CENTRO CULTURAL DE ÍLHAVO, CENTRO CULTURAL DA GAFANHA DA NAZARÉ, FÓRUNS DA JUVENTUDE NOTAS INFORMATIVAS / NEWSLETTERS	UTILIZAÇÃO DE REDES SOCIAIS: - Criação da página do FACEBOOK - NOTAS INFORMATIVAS / NEWSLETTERS - Melhoramento SITE da Autarquia - Realização de Relatório (Anual) com tratamento estatístico do número de utilizadores e informações requeridas nos vários Serviços Municipais	

Tabela 4 (continuação) – Indicadores de Monitorização / programa de seguimento da Proposta de revisão do PDM para o FCD: **Gestão Territorial**

FCD	Crítérios	Indicador de Seguimento	Ano de referencia 2008	Situação reportada ao Ano de 2012	Metas a atingir com a PROPOSTA DE REVISÃO DO PDM	Fontes de Informação		
Gestão Territorial	Planeamento do Território	- Evolução da oferta de solo industrial e área de ocupação, (%)	Não contabilizado	Não contabilizado	Monitorizar conforme o grau de execução das UOPG preconizadas na proposta de revisão do PDM – RELATÓRIO	Câmara Municipal		
		- Taxa média anual de execução de solo urbanizável, (%)	Não contabilizado	Não contabilizado				
		- Taxa média anual de execução de solo urbanizado, (%)	Não contabilizado	Não contabilizado				
		- Taxa média anual de execução do espaço industrial, (%)	Não contabilizado	Não contabilizado				
	Áreas classificadas	- Grau de afetação de áreas de distribuição de habitats e de espécies protegidas – (% ha)	...	4% Conforme Relatório de delimitação da Rede Natura 2000 – ZPE da Ria de Aveiro (já articulado com ICNF)				
		- Áreas de elevada pressão humana, (ha)	...	Conforme proposta de delimitação da área de afetação da Rede Natura				
	Consolidação do sistema urbano	- Valorização e otimização de espaços públicos, (ML, m2 ou ha)	Não contabilizado	Não contabilizado				
		- Valorização de novas centralidades em articulação com o património construído, (m2 ou ha)	Não contabilizado	Não contabilizado				
		- Número de ligações estabelecidas pela Ferrovia do Porto de Aveiro (N.º/ano), e Percentagem do tráfego total de mercadorias registado (%)	Não executado	470 - Ligações Ferroviárias, que representam 20% - Movimento total de mercadorias registado			Ampliação da ferrovia do atual feixe de 5 para 9 linhas, com o subsequente aumento do número de ligações estabelecidas e do aumento percentual do tráfego de mercadorias – indicador a monitorizar na forma de relatório Anual	APA
		- Conclusão da rede viária estruturante, (CONCLUÍDA/NÃO CONCLUÍDA)	INICIADA	EM EXECUÇÃO			CONCLUÍDA Monitorizar conforme o grau de execução AEIU da proposta de revisão do PDM – RELATÓRIO	Câmara Municipal
- Promoção de acessibilidades por água, (SIM/NÃO)		INICIADA	EM EXECUÇÃO	SIM Monitorizar conforme o grau de execução das propostas de revisão do PDM – RELATÓRIO	Câmara Municipal			

Tabela 4 (continuação) – Indicadores de Monitorização / programa de seguimento da Proposta de revisão do PDM para o FCD: **Turismo e Património Histórico-Cultural**

FCD	Critérios	Indicador de Seguimento	Ano de referencia 2008	Situação reportada ao Ano de 2012	Metas a atingir com a PROPOSTA DE REVISÃO DO PDM	Fontes de Informação
Turismo e Património Cultural	Estratégia Turística Municipal Adequabilidade dos Empreendimentos Turísticos aos Valores Naturais	- Número de artesãos inscritos no Registo Nacional das Atividades Artesanais no Município (Nº)	Não aplicável	15	30	RNAAT (IEFP)
		- Variedade de categorias de artesanato dos artesãos inscritos no Registo Nacional das Atividades Artesanais no Município (Nº)	Não aplicável	10	15	RNAAT (IEFP)
		- Aproveitamento / Valorização de edificações pré-existentes com interesse individual ou de conjunto para implantação de empreendimentos turísticos (N.º)	3	3	5	CMI
		- Site informativo dos empreendimentos turísticos possibilitando a realização de reservas e transações online (N.º)	Desconhecido	4	8	RNT (Turismo de Portugal)
		- Número de atendimentos nas Lojas de Turismo (nº/ano)	Não aplicável	5.335	8.000	CMI
		- Número de Kms existentes em ciclovia (Km)	Não contabilizado	18,7	25	CMI
		- Número de Operadores Marítimo Turísticos em operação no Município (Nº)	Não aplicável	13	18	RNT (Turismo de Portugal)
		- Instalações de recreio náutico e ancoradouros – número e capacidade de atracagem de embarcações de recreio	345	345	945	(CMI e Região de Aveiro)
		- Certificação de qualidade dos serviços por norma nacional ou europeia, quando não obrigatória por lei (N.º)	0	0	50% dos existentes em 2020	RNT (Turismo de Portugal)
		- Tipologias de Empreendimentos Turísticos no Município (N.º)	Equivalente atual a 2	2	4	RNT (Turismo de Portugal)
		- Número de Empresas de Animação Turística em operação no Município (Nº)	Não aplicável	1	3	RNT (Turismo de Portugal)
		- Certificação ambiental por norma nacional ou europeia, quando não obrigatória por lei para os empreendimentos turísticos (N.º)	0	0	30% dos existentes em 2020	RNT (Turismo de Portugal)
		- Reconhecimento como empreendimento de turismo de natureza para os empreendimentos turísticos (N.º)	0	0	10% dos existentes em 2020	RNT (Turismo de Portugal)
- Empreendimentos de turismo da tipologia Parques de Campismo e Caravanismo (N.º)	3	3 (em reclassificação)	3	RNT (Turismo de Portugal)		

Tabela 4 (continuação) – Indicadores de Monitorização / programa de seguimento da Proposta de revisão do PDM para o FCD: **Turismo e Património Histórico-Cultural**

FCD	Crítérios	Indicador de Seguimento	Ano de referência 2008	Situação reportada ao Ano de 2012	Metas a atingir com a PROPOSTA DE REVISÃO DO PDM	Fontes de Informação
Turismo e Património Cultural	Estratégia Turística Municipal Adequabilidade dos Empreendimentos Turísticos aos Valores Naturais	- Número de empreendimentos turísticos (N.º)	6	6	9	RNT (Turismo de Portugal)
		- Capacidade dos empreendimentos turísticos, exceto parques de campismo e caravanismo (Nº camas fixas / Nº unidades de alojamento total)	326 / Desc.	353 / 141	450 / 200	RNT (Turismo de Portugal)
		- Número de empreendimentos turísticos classificados com 4 ou mais estrelas, exceto parques de campismo e caravanismo (Nº)	1	1	2	RNT (Turismo de Portugal)
		- Números de Hóspedes e Dormidas no Município, exceto parques de campismo e caravanismo (N.º/ano disponível)	Hospedes 16.739 Dormidas 33.217	Hospedes 17.798 (em 2010) Dormidas 32.568 (em 2010)	Hospedes 25000 Dormidas 45000	INE
		- Equipamentos exteriores e interiores - piscinas, minigolfes, ténis, ginásio, restaurante, bar, salas de reuniões, etc... (N.º)	Desconhecido	11	20	- RNT (Turismo de Portugal)
		- Implementação e promoção do pedestrianismo (n.º de trilho existentes, ml)	N.º trilhos = 5 / 41.800 ML	N.º trilhos = 5 / 41.800 ML	Conclusão da rede municipal de percursos pedestres (Indicador a monitorizar durante a execução da proposta de revisão)	Câmara Municipal
	Património Cultural	- Carta do Património Municipal (Não Executada, Em Execução, Executada)	Não Executada	Executada	Executada (e sujeita a atualização por uma Comissão Técnica do Património Cultural)	Câmara Municipal
		- Área requalificada nos Núcleos Históricos (ha)	Inexistente	≈ 30 ha Qualificação Urbana e Ambiental do 'Casco Antigo' da Cidade, incluindo a parte da obra de Qualificação Urbana da Antiga EN109 – Executada	Dinamização nas Áreas Históricas Requalificadas da VERTENTE IMATERIAL da RUCHI (Requalificação Urbana do Centro Histórico de Ílhavo) - Relatório de Monitorização -	
		- Serviços/comércio requalificados/dinamizados nos centros históricos (n.º)	Não contabilizado	Serviços e afins – 20 Equipamentos Públicos – 5 Comércio – 14	Número e tipologia das Ações realizadas Classificação da Frente Urbana de Ria da Costa Nova como Conjunto de Interesse Nacional Elaboração de um Estudo Histórico, Antropológico, de Carácter Científico sobre o Concelho de Ílhavo	
	Valores culturais e associativismo	- Número de protocolos celebrados com as Associações Cívicas Tradicionais, (N.º)	74	80	Conclusão das UOPG preconizadas e sua monitorização/accompanhamento através de RELATÓRIOS de avaliação	Câmara Municipal
- Reabilitação e execução de novas valências/pólos culturais no Município (N.º de intervenções realizadas)		Biblioteca Municipal Museu Marítimo e Navio Museu Sto. André Centro cultural de Ílhavo (CCI)	- Conclusão da obra de "Ampliação/requalificação do Centro Cultural da Gafanha da Nazaré, (CCGN)"			

Tabela 4 (continuação) – Indicadores de Monitorização / programa de seguimento da Proposta de revisão do PDM para o FCD: Biodiversidade e Paisagem Natural

FCD	Critérios	Indicador de Seguimento	Ano de referencia 2008	Situação reportada ao Ano de 2012	Metas a atingir com a PROPOSTA DE REVISÃO DO PDM	Fontes de Informação
Biodiversidade e Paisagem Natural	Conservação da Natureza	- Grau de Conservação de corredores ecológicos e outros contínuos naturais, (MAU, INSUFICIENTE, BOM, MUITO BOM)	Não contabilizado	Concordante com o Plano Regional de Ordenamento Florestal do Litoral Centro (PROF-C) e Proposta de Estrutura Ecológica Municipal	Conforme a execução das das Áreas Estratégicas de Intervenção Urbanística (AEIU) e de Unidades Operativas de Planeamento e Gestão (UOPG) preconizadas e sua monitorização/acompanhamento através de RELATÓRIOS de avaliação	Câmara Municipal APA
		- Elaboração de planos de gestão de conservação de habitats, (N.º e tipologia de planos)	Planos em desenvolvimento	Conforme propostas da Revisão do PDM: - REN Bruta - LMPAVE - Estrutura Ecológica Municipal - Criação do Parque de Dunas da Costa Nova		
		- Implementação de ações de conservação de habitats (N.º de ações e Tipos)	1	(Ações de proteção dos ecossistemas dunares/Reabilitação dos Passadiços, em conformidade com o POOC OMG)		
		- Requalificação/Renaturalização das frentes ribeirinhas (km, ha)	3,5 km Construção de Ciclovia Frente de Ria (Barra / Costa Nova)	2,6 ha (Requalificação Urbana e Ambiental da Frente de Ria Costa Nova – Biarritz)		
		- Reabilitação de áreas verdes como espaços de Recreio e Lazer (ha)	3,5 ha Jardim Oudinot	1 ha: Área verde adjacente ao mercado de Ilhavo; 57 ha: Projeto de Requalificação Ambiental e Gestão de Habitats da Margem Nascente do Canal de Mira - Adjudicado		
	Consolidação dos Ecossistemas e Habitats	- Grau de afetação (destruição/alteração) de habitats húmidos fundamentais para 'Espécies Alvo de Orientações de Gestão', (% , ha)	...	0.1% - Proposta de Requalificação Ambiental e Gestão de Habitats da margem nascente do Canal de Mira (março 2010)	Indicadores a monitorizar pelas entidades com atribuições específicas para validação e verificação do grau de afetação dos habitats húmidos e áreas de distribuição de espécies alvo de O.G. (tendo como base: <i>Cumprimento das Orientações de Gestão do Plano sectorial da Rede Natura 2000 para o concelho – conforme Relatório Técnico das Orientações de Gestão, (RTOG), Anexos 1B, 1C e 1D).</i>	ICNF
		- Grau de afetação/perturbação das espécies alvo, por fragmentação de habitats / efeito barreira (MAU, INSUFICIENTE, BOM, MUITO BOM)	...	(*)		
		- Extensão/área e tipologia dos habitats e nichos ecológicos, (ML, ha)	Cursos de água, leitos e margens –... ha Zonas ameaçadas pelas cheias – 9.62 ha Área de ria e faixa de proteção/laguna – 831.51 ha Áreas Max. Infiltração e Recarga Aquíferos – 3373 ha Restingas – ... ha Dunas litorais, costeiras e fósseis – 45.3 ha Praias – 60.5 ha LMPAVE – 359.8 ha Sapais – 540.7 ha (PDM em vigor)	Cursos de água, leitos e margens – 231.72 ha Zonas ameaçadas pelas cheias – 24.53 ha Área de ria e faixa de proteção/laguna – 1002.90 ha Áreas Max. Infiltração e Recarga Aquíferos – 3549 ha Restingas – 336.49 ha Dunas litorais, costeiras e fósseis – 1866.22 ha Praias – 136.58 ha LMPAVE – 4665.38 ha Sapais – 562.41 ha (Revisão do PDM)		
		- Áreas ou habitats recuperados, (ha)	...	(*)		
		- Grau de afetação de áreas de distribuição de espécies (com estatuto de conservação elevado), particularmente dependentes dos ecossistemas ribeirinhos/linhas de água (MAU, INSUFICIENTE, BOM, MUITO BOM)	...	(*)		

(*) – Presentemente a equipa técnica não dispõe desta informação, podendo eventualmente a informação ser obtida com o auxílio do ICNF;

(**) – O grau de aferição e de execução do indicador também está dependente da implementação do Plano e da disponibilidade de dados (por vezes a fornecer/divulgar por outras entidades: INE, APA, ICNF, ARH, entre outras).

Tabela 4 (continuação) – Indicadores de Monitorização / programa de seguimento da Proposta de revisão do PDM para o FCD: **Biodiversidade e Paisagem Natural** (continuação)

FCD	Critérios	Indicador de Seguimento	Ano de referencia 2008	Situação reportada ao Ano de 2012	Metas a atingir com a PROPOSTA DE REVISÃO DO PDM	Fontes de Informação
Biodiversidade e Paisagem Natural		- Área ardida (ha)	4,05	1,67 (*)	As metas serão as constantes do PMDFCI	
		- N.º de ocorrências de incêndio (N.º)	73	31		
		- Área impermeabilizada (% do total)	Informação não disponível	Informação não disponível		
		- Edifícios sensíveis/estruturas em zonas inundáveis (N.º)	Os bens vulneráveis são: Escola EB1 da Costa Nova, Igrejas, e mercado Municipal da Costa Nova	Os bens vulneráveis são: Escola EB1 da Costa Nova, Igrejas, e mercado Municipal da Costa Nova		
		- Habitantes em áreas inundáveis (N.º)	População das áreas urbanas das Praias da Barra e Costa Nova, variável conforme a época do ano; Áreas urbanas confinantes com canais da Ria (Mira e Boco), assim como as áreas das freg. Nazaré e Encarnação assinaladas na carta de Risco de Cheias;	População das áreas urbanas das Praias da Barra e Costa Nova, variável conforme a época do ano; Áreas urbanas confinantes com canais da Ria (Mira e Boco), assim como as áreas das Freg. Nazaré e Encarnação assinaladas na carta de Risco de Cheias;	Redução/mitigação dos Riscos por via do grau de execução das propostas previstas pela revisão do PDM – Monitorização dos indicadores de seguimento efetuada através de Relatório Anual	
		- Medidas preventivas/mitigadoras da erosão costeira/inundações (POOC-OMG) (n.º medidas e ações)	As previstas e executadas no âmbito do POOC-OMG	- N.º medidas preventivas (erosão costeira) – Ações de reposição de areias = 2 (APA); - N.º ações de reforço nas margens da ria (inundações) = 2 (SMPC);		
		- Área sujeita a cartografia de risco de inundação (ha)	Informação não disponível	Informação não disponível		
		- N.º de ocorrências de cheias/galgamentos (N.º)	...	4 Ocorrências Fev. e Nov./2011 e março/dezembro 2012 (erosão - cordão dunar da Barra e Costa Nova)		
		- Áreas inundáveis (ha)	Informação não disponível	Informação não disponível		

(*) – DADOS PROVISÓRIOS (Gabinete Técnico Florestal)

Tabela 4 (continuação) – Indicadores de Monitorização / programa de seguimento da Proposta de revisão do PDM para o FCD: **Qualidade do Ambiente**

FCD	Crítérios	Indicador de Seguimento	Ano de referencia 2008	Situação reportada ao Ano de 2012	Metas a atingir com a PROPOSTA DE REVISÃO DO PDM	Fontes de Informação	
Qualidade do Ambiente	- Consumo de água per capita (l/hab.dia)		175 l/hab.dia	170 l/hab.dia (*)	Indicador alvo de monitorização – Relatório anual com a explicitação de resultados - a elaborar pela EG, META: redução do Consumo per capita através da utilização mais eficiente da água no consumo que se pretende venha a atingir, ao fim de um período de 10 anos, uma eficiência de utilização de 80% (PNUEA)	CMI AdRA	
	- Água perdida pelo sistema de abastecimento (%)		25% ≤ Perdas ≤ 28% (**)	25% ≤ Perdas ≤ 28% (**)	< 15%		
	- Número de captações de água para abastecimento público c/ perímetros de proteção regulamentados (%)	0%		100% Portaria n.º 73/2012 de 23 de março Portaria n.º 311/2012 de 10 de outubro	100% Portaria n.º 73/2012 de 23 de março Portaria n.º 311/2012 de 10 de outubro		
	- Água usada na rega de espaços verdes (% Residual tratada, % Água Bruta, % Consumo Humano)	0% Residual tratada 0% Água Bruta 100% Consumo Humano		0% Residual tratada 0% Água Bruta 100% Consumo Humano	10% Residual tratada 15% Água Bruta 75% Consumo Humano		
	- Monitorização da conformidade do Programa Controlo de Qualidade da Água (PCQA) para consumo humano conforme os Valores Paramétricos (VP) da legislação em vigor (% total de análises em conformidade com o VP)	95%		99%	≥ 99%		
	- População equivalente servida por sistema público de drenagem de Águas Residuais com rejeição, em alta, na ETAR Sul – SIMRIA (%)	68%		75%	90%		
	- População equivalente servida por sistema público de drenagem de Águas Pluviais (%)	60%		65%	80%		
	- Classificação da qualidade da água balnear (MÁ, ACEITÁVEL, BOA, EXCELENTE)	EXCELENTE		EXCELENTE	EXCELENTE		APA
	- Produção de resíduos (Ton. /ano)	19.872 Ton.		17.773 Ton.	16.000 Ton.		CMI
	- Recolha seletiva e reciclagem de resíduos, (Ton. /ano), %, N.º equipamentos)	Ecopontos – 1275 Ton. Ecocentro – 486 Ton. % Total da Rec. Seletiva RSU = 8.9%; N.º Ecopontos = 100		Ecopontos – 1278 Ton. Ecocentro – 627 Ton. % Total da Recolha Seletiva RSU = 10.4% N.º Ecopontos distribuídos = 137 (valores reportados a 2011)	Indicador alvo de monitorização anual pela CMI na forma de Relatório com a explicitação de resultados alcançados. Aumento da recolha seletiva para uma percentagem de 15%, nos próximos anos.		CMI ERSUC

(*) – Valor estimado (a população flutuante associada ao período balnear - Praias da Barra e Costa Nova – tende a inflacionar os valores do consumo de água per capita no município de Ílhavo);

(**) – Valor estimado;

Tabela 4 (continuação) – Indicadores de Monitorização / programa de seguimento da Proposta de revisão do PDM para o FCD: **Qualidade do Ambiente**

FCD	Critérios	Indicador de Seguimento	Ano de referencia 2008	Situação reportada ao Ano de 2012	Metas a atingir com a PROPOSTA DE REVISÃO DO PDM	Fontes de Informação
Qualidade do Ambiente	Qualidade do ar	- Implementação de medidas com vista ao uso de transportes alternativos, ex. Bicicleta (Relatório)	SIM Rede de ciclovias iniciada "Comemoração do Dia Europeu sem carros"	SIM Alargamento da rede de ciclovias Ações de educação rodoviária – (EMER)	SIM Conclusão da rede Municipal de Ciclovias (conforme as propostas preconizadas e elaboração de RELATÓRIO anual com explicitação das medidas e ações realizadas)	CMI
		- Promoção do uso de transportes públicos, (SIM/NÃO)	...	SIM Apresentação do Plano Municipal de Mobilidade e Transportes de Ilhavo	SIM – Concretização do Plano Municipal de Mobilidade e Transportes de Ilhavo	
Solo e Floresta	Solo e Floresta	- Respeito pelas boas práticas Florestais, (SIM/NÃO)	Inexistente	Existência de Regulamento Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (RMDFI)	SIM – A monitorizar através da aplicação das boas práticas florestais previstas no RMDFI - na forma de um RELATÓRIO ANUAL	CMI / GTF
		- Quantidade de CO2 fixado com base na área florestal existente, (%)	Não contabilizado	Não contabilizado	Indicador para monitorizar em função das áreas e espécies plantadas – RELATÓRIO de acompanhamento e monitorização	
Qualidade do Ambiente	Riscos tecnológicos	- Número de ocorrências de incêndios urbanos (N.º)	30	40	Redução em 50% do número de ocorrências (aposta na sensibilização da população para a prevenção de incêndios urbanos)	BVI SMPC GTF APA
		- Número de edifícios com projetos de SCIE e medidas de autoproteção aprovados e implementados (N.º/ano)	216 Licenciados	102 Licenciados	Pretende-se assegurar a conformidade das medidas SCIE não só para os novos edifícios como também para os existentes – indicador alvo de monitorização na forma de Relatório Anual	
		- Número de edifícios degradados (N.º)	Não contabilizados	277 Contabilizados, dos quais 50% foram demolidos ou recuperados	Contabilização total do n.º de edifícios degradados existentes no município, alcançando 100% de intervenção (demolição ou recuperação) – indicador alvo de monitorização na forma de Relatório Anual	
		- Número de habitantes em zonas urbanas antigas (N.º)	Informação não disponível	Informação não disponível	Monitorizar o n.º de habitantes nas zonas urbanas antigas de forma a definir medidas de proteção civil adequadas – indicador alvo de monitorização na forma de Relatório Anual	
		- Número de Edifícios da 3ª e 4ª categoria de risco SCIE (N.º)	Não contabilizado	Não contabilizado	Pretende-se alcançar a monitorização do n.º de Edifícios de 3ª e 4ª categoria com medidas SCIE implementadas – indicador alvo de monitorização na forma de Relatório Anual	
		- Número de ocorrências de acidente no transporte de matérias perigosas (N.º)	0	0	Manter nulas as ocorrências de acidente	
		- Estabelecimentos abrangidos pelo Decreto-lei n.º 254/07 (N.º)	7 (conforme definido pela APA)	7 (conforme definido pela APA) 6 (conforme PEE de 2012)	Contenção das áreas de instalação de indústrias SEVESO	
- Área ocupada por estabelecimentos abrangidos pelo Decreto-lei n.º 254/07 (ha)	Não contabilizado	21,9 ha				

Tabela 4 (continuação) – Indicadores de Monitorização / programa de seguimento da Proposta de revisão do PDM para o FCD: **Desenvolvimento humano**

FCD	Critérios	Indicador de Seguimento	Ano de referência 2008	Situação reportada ao Ano de 2012	Metas a atingir com a PROPOSTA DE REVISÃO DO PDM	Fontes de Informação
Desenvolvimento Humano	Saúde e Inclusão Social	- Recuperação de habitações degradadas (N.º intervenções)	0	1	2	Câmara Municipal
		- Existência de equipamentos na área da saúde (N.º)	Centro de Saúde de Ílhavo Extensões de Saúde nas freguesias da Gaf. Nazaré, Carmo, Encarnação e Costa Nova N.º = 5	Novas valências na saúde: - Funcionamento do Hospital de Cuidados Continuados de Ílhavo - Desenvolvimento do Projeto de Execução do Edifício da Nova Extensão de Saúde da Costa Nova N.º = 6	Construção e Ativação da Nova Extensão de Saúde da Costa Nova Ativação da Extensão de Saúde da Praia da Barra N.º = 8	Câmara Municipal
		- Número de consultas na área da saúde (N.º consultas/hab.ano)	2,7 (valor reportado a 2009)	3,6 (valor reportado a 2010)	4,5 Conforme indicador Região Centro de 2012	INE PORDATA
		- Taxas de cobertura nas áreas: Infância e juventude; Pop. Idosa (%)	Desconhecido	Infância e juventude – 23, 4% População Idosa – 9,5%	Infância e juventude – 30% População Idosa – 15% Conforme indicadores do Dist. Aveiro 2012	Instituto da Segurança Social
		- Fomento de programas municipais na área do desporto e de práticas desportivas (N.º de programas e N.º de participantes)	Não contabilizado	8 10.802	10 15.000	Câmara Municipal
	Emprego	- Captação de Novas unidades empresariais (SIM/NÃO)	...	SIM	SIM	Câmara Municipal
		- Aposta nas indústrias de nova geração (SIM/NÃO)	...	SIM	SIM	Câmara Municipal
		- Redução da taxa de desemprego, (%)	5,4%	8,9%	5,4%	INE
	Habilitações escolares da população	- Requalificação do parque escolar municipal, (N.º de novos estabelecimentos criados/qualificados)	6	5 (Novos Centros Escolares executados de raiz - a adicionar à rede de equipamentos escolares)	Indicadores alvo de monitorização anual pela CMI na forma de Relatório com a explicitação de resultados alcançados.	Câmara Municipal
		- N.º de alunos do ensino básico, secundário e superior (N.º)	1º Ciclo = 1690 2º e 3º Ciclo = 1939 Ensino Sec. 764	1º Ciclo = 1600 2º e 3º Ciclo = 1389 Ensino Secundário = 1379 Ensino Superior (não contabilizado)		
		- Número e Bibliotecas (N.º e Tipologia)	1- Biblioteca Municipal 15 – Bibliotecas escolares 3 – Pólos de Leitura 1 – Pólo de leitura de temática Marítima	1 - Biblioteca Municipal 22 – Bibliotecas escolares (das quais 5 foram reabilitadas e requalificadas em 2010) 3 – Pólos de Leitura 1 – Pólo de Leitura de temática Marítima	Idem (2012) acrescido de uma Biblioteca Itinerante	

7. Participação Pública e Etapas subsequentes ao Relatório Ambiental

Com a conclusão do presente Relatório Ambiental, segue-se a fase de Seguimento onde se incorporam as sugestões efetuadas pelas entidades competentes e público em geral e, se define um programa de monitorização da AAE com a “função de avaliação/gestão *in continuum* do processo de planeamento, suscetível de autonomização, tendo como objetivo contribuir para tornar mais efetivo o processo de planeamento e os seus instrumentos”.

Os resultados do processo de monitorização deverão ser enviados anualmente para a Agência Portuguesa do Ambiente (APA), bem como divulgados ao público em geral, por exemplo, através do endereço eletrónico do Município.

8. Síntese e Considerações Finais

Da avaliação estratégica efetuada, ressalta que o desenvolvimento regional e local, aos níveis económico e social, acompanha a recessão económica que se vive ao nível nacional e internacional, sendo por isso de extrema relevância, nesta Revisão do PDM, a aposta na captação de indústrias de nova geração e no empreendedorismo, a ampliação e revitalização das zonas indústrias (base da economia local) e ainda o reforço da coesão social.

No que concerne ao ordenamento territorial, regista-se que a proposta de revisão procura atenuar a descaracterização de áreas urbanas e respetivas vivências, agravadas pelo povoamento disperso e linear ao longo das vias e ausência de centralidades, e pela coexistência de usos que não se coadunam com a tipologia de solo.

Esta questão conduziu à necessidade de reestruturação do modelo de ordenamento, com a consolidação dos núcleos urbanos mais antigos, a criação de novos centros ou “sub-centros” urbanos devidamente hierarquizados, que incluem a redefinição dos perímetros urbanos e a consequente aproximação das periferias ao “modelo cidade campestre” possibilitando a coexistência das funções residencial, comercial e serviços, e potenciando assim oportunidades na qualidade de vida, nomeadamente por forma a maximizar os padrões de conforto, segurança e qualidade de vida da população, sem descuidar as preocupações associadas à pressão urbanística/especulação imobiliária, a política de solos, a requalificação de infraestruturas e equipamentos, que permitirão assim a (re)organização territorial do Município e a requalificação do espaço público.

Do ponto de vista ambiental o Concelho de Ílhavo exige, pela sua componente natural e biodiversidade de relevo, comprovada pela ocorrência de espécies protegidas e extensas áreas classificadas num dos ecossistemas húmidos mais importantes do país (PTZE0004 - Ria de Aveiro), uma avaliação, acompanhamento, e implementação de medidas de conservação, valorização e gestão adequadas. A delimitação da Rede Natura 2000 e da área de ZPE, aliada às propostas de Estrutura Ecológica Municipal, de REN e LMPAVE são apenas algumas das estratégias que contribuem para a conservação da natureza e da biodiversidade.

Por outro lado, a Estratégia Turística preconizada para o Município, que alia a oferta turística de qualidade à promoção da preservação dos ecossistemas (turismo de natureza), possibilita ainda a dinamização da economia local e a promoção do emprego sem conflito com a sustentabilidade do ambiente.

Ainda em termos ambientais, mais concretamente na vertente da qualidade do ar, o estabelecimento de zonas sem circulação automóvel, a criação de vias alternativas para veículos pesados fora das áreas residenciais, criação de bolsas (parques) de estacionamento em zonas periféricas, a criação de novas zonas pedonais, a construção e/ou dinamização de pistas cicláveis, o alargamento da rede municipal de Trilhos Pedestres – tarefas que surgem e se cruzam com a implementação do Plano Municipal de Mobilidade e Transportes, bem como o estabelecimento e/ou requalificação dos espaços verdes do Concelho, serão, certamente,

medidas a ter em conta na melhoria da qualidade de vida das populações com efeitos cumulativos positivos na proteção da população a níveis de ruído elevados e a poluentes gasosos nomeadamente aqueles que resultam da combustão de combustíveis fósseis e gases com efeito de estufa.

Considera-se que a estratégia consagrada na proposta de Revisão do PDM assenta em pressupostos de sustentabilidade e valores ambientais sólidos e robustos compatíveis com o desenvolvimento do Município de Ílhavo e adequado às exigências e desafios da sociedade atual.